

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade do Controle Interno.

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Montanha-ES.

Gestor responsável: Theodoro José de Souza – Vereador - Presidente.

Exercício 2020.

DA INTRODUÇÃO

Cabe ressaltar, antes, que as atividades da Controladoria Interna da Câmara Municipal de Montanha implantada no final do exercício de 2013, a mesma ainda tem com Unidade Central a Prefeitura Municipal.

A Controladoria Interna da Câmara Municipal de Montanha exerceu efetivamente suas atividades por meio de verificação documental e processual, inspeções *in loco* e recomendações, dentre outras manifestações, que não por auditorias propriamente distas.

A seguir apresentamos os pontos de controle que foram avaliados pelo Controle Interno da Câmara Municipal de Montanha:

Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	De Dispensa – inexigibilidade.	Lei 4.320/64, art. 60	Verificação documental.	04 (proc.)	01 (proc.)

Gestão Previdenciária.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)

			Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência			
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)

Gestão patrimonial.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Relatórios e almoxarifado	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental e inspeção.	12 (meses)	4 (meses)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	Consulta bancária	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Verificação documental.	02 (Instituições Financeiras)	02 (Instituições Financeiras)
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Demonstrativos	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental.	12(meses)	04 (meses)
1.3.8*	Emplacamento e identificação materiais permanentes e equipamentos.	Instalações da Câmara	IN nº 016/2016 da Câmara Municipal de Montanha, art. 7º, inc. X.	Inspeção	1	1

* Ponto de controle criado, em sequência, por não constar na tabela referencial proposta.

Limites Constitucionais e Legais.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Folha	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Folha	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do	Folha	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)

	limite – providências / medidas de contenção		4º.			
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Folha	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatórios	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)

Demais atos de gestão.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Verificação documental.	01	01

Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	Exercício	LC 101/2000, art. 9º.	Verificação documental.	12(meses)	12(meses)
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Elementos de despesa	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Verificação documental.	12(elementos)	04 (elementos)
2.2.31	Despesa – liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 63.	Verificação documental.	04 (processos)	01 (processos)
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 62.	Verificação documental.	04 (processos)	01 (processos)

Gestão Previdenciária.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
---------------	---------------------------------	---	-------------------	---------------------	--------------------------------------	----------------------------

2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Verificação documental.	04 (processos)	01 (processos)
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificação documental.	04 (processos)	01 (processos)
2.5.37	Registro de Admissões	Relatório	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificação documental.	05	05

Demais atos de Gestão.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.4	Pessoal – teto	Folha	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Verificação documental.	12(meses)	04(meses)
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folha	CRFB/88, art. 37, caput.	Verificação documental.	12(meses)	04(meses)
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	contratações	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Verificação documental.	04 (processos)	04 (processos)

DAS AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS.

O efetivo controle foi exercido por outros meios, que não por auditorias propriamente ditas, quais sejam: por verificações de conformidade documental, processual, limites legais e constitucionais, recomendações, inspeções *in loco*, reuniões, dentre outros.

Na tabela abaixo se encontra o achado ocorrido no exercício:

Código	achados	Proposições/Alertas	Situação
1.3.8*	Constatado materiais permanentes e equipamentos sem o devido emplacamento e identificação.	Recomendação ao responsável pelo setor	Em adequação

* Ponto de controle criado em sequência àquela da tabela referencial proposta.

Diante da supracitada constatação, foi feita recomendação à responsável pelo setor que, apresentou justificativa plausível e providenciou o competente emplaquetamento e identificação dos bens.

Por fim, no exercício, não foram constatadas ocorrências outras quaisquer suficiente para ensejar procedimento de Tomada de Contas Especial (TCE) ou mesmo Procedimento Administrativo (PAD).

Montanha/ES, 20 de abril de 2021.

Marcos Renêr Campos de Souza Filho
Controle Interno – Câmara Municipal de Montanha/ES